

CULTURAS POLÍTICAS, ADMINISTRAÇÃO E REDES FAMILIARES NA PARAÍBA (1825-1840)

Serioja R. C. Mariano¹

[...] a unidade e a construção do Estado foram possíveis não pela ação de uma elite bem formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação.²

No processo de construção do Estado nacional, os arranjos e negociações entre as elites, nos espaços institucionais, funcionaram como estratégias de práticas políticas, como chama a atenção Miriam Dolhnikoff³. Nesse texto analiso a dinâmica da política e administração da Paraíba relacionando a atuação das elites regionais e suas conexões, através do Conselho Geral de Províncias e dos cargos públicos, estes pensados como espaços de atuação e manutenção do *status quo* das redes familiares. Instituições que serviam como espaços de expressão dos interesses das elites no promover, alimentar e dar movimento às conexões no jogo político e às relações do poder local com o poder central.

Portanto, estudar o papel dos grupos políticos, no período que vai de 1825 a década de 1840, e as estratégias utilizadas para manutenção dos poderes locais, através da ocupação e circulação nos cargos públicos, por exemplo, é uma operação fundamental para a compreensão da cultura política⁴ de uma época⁵. Essas redes

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Desenvolveu, entre agosto e dezembro de 2010, Estágio Pós-Doutoral junto ao PPGH-UFGM sob supervisão do Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta, com financiamento de uma bolsa Capes PROCAD-NF. Professora adjunta do Departamento de História e Docente Permanente do PPGH-UFPB, atualmente é Vice Coordenadora do PPGH-UFPB (biênio 2011/2013). Líder do Grupo de Pesquisa *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista* (PPGH-UFPB/ Diretório CNPq).

² DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado Nacional”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: a formação do Estado e da nação* (c. 1770-1850). São Paulo: Hucitec, 2003, p. 432.

³ DOLHNIKOFF, “Elites regionais...”

⁴ Concordo com Maria Fernanda Martins, que compreende cultura política como um “conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização político-administrativa, resultado de um longo e dinâmico movimento de interações e de acumulação de conhecimentos e práticas que se tornam predominantes em uma determinada sociedade, em um dado tempo histórico no qual, entretanto, nem ela é exclusiva, ou muito menos definitiva”. MARTINS, Maria Fernanda. “Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX”. In: FRAGOSO, João Luís R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 432.

⁵ Leituras indispensáveis para a compreensão do conceito são, só para citar alguns títulos: BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364; GOMES, Ângela de Castro. “História, Historiografia e cultura política no Brasil”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B. & GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Mauad, 2005; MOTTA, Rodrigo Pato (org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum/ FAPEMIG, 2009.

podem ser observadas nas alianças de famílias, que em um primeiro momento, se articulavam através dos laços matrimoniais, mas que em outro contexto, de redefinições políticas, utilizaram-se dos partidos e cargos públicos como suporte e espaços de poderes locais. É dentro dessa perspectiva que direciono as discussões, utilizando as correspondências oficiais entre as províncias, bem como os relatórios presidenciais, entre outros documentos. Também não se pode entender esse momento, tão complexo da história, sem o suporte da produção historiográfica. Enfim, um *corpus* documental que me auxiliou na tentativa de reconstrução desse mosaico de relações de poder.

As redes familiares: política e administração

Estudar a história das redes familiares, e as conexões políticas das elites regionais no Brasil oitocentista, é um caminho para se compreender os embates e negociações na política e administração das províncias, observando as mudanças e continuidades com a criação de novos aparatos institucionais no período imperial. Nesse cenário, os governos provinciais ganharam contornos administrativos com a abolição das Juntas Governativas, a criação dos cargos de Presidente de Província e os Conselhos Gerais das Províncias (1824), e com o Ato Adicional de 1834 foram criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, que passaram a substituir os Conselhos. É essa dinâmica da política e administração, na província da Paraíba, que analiso, relacionando a atuação dos grupos locais através das conexões proporcionadas por esses espaços político-institucionais e o governo central.

Inicialmente cabe entender como essas redes familiares se formaram e solidificaram seus laços na organização política local. Como chama a atenção Linda Lewin⁶, a ocupação e a conquista foram montadas como um negócio de família, o que garantiu as bases dessa organização nas capitânicas. Essa constatação reforça a relevância de se estudar e tentar compreender o papel das redes familiares no Brasil. Na conquista do sertão, o distanciamento e isolamento geográfico, em relação ao poder metropolitano, concorreu para uma maior autonomia das famílias mais ricas, garantindo o monopólio político local. Era um sistema que tinha, no recebimento de sesmarias, uma prática de fortalecimento das relações de poder, ou seja, “era a posse da terra, combinada com uma linhagem de prestígio, o que conferia o direito ao domínio local”⁷.

As estratégias de união e de formação das redes familiares se desenvolveram a partir de meados do século XVIII, tornando-se mais comuns durante o século XIX, e atingindo seu auge em fins do Oitocentos. É frequente constatar a existência de famílias que, na primeira geração, ocupavam uma atividade específica, mas que logo diversificavam seus empreendimentos econômicos. No geral, essas famílias eram chefiadas por homens donos de engenhos e grandes proprietários de terras. Já no sertão, tinha-se como ocupação principal a criação de gado e a produção algodoeira. A família é uma instituição que vai se transformando, lenta e gradualmente, nas suas

⁶ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

⁷ LEWIN, *Política e parentela...*, p. 51-52.

práticas sociais, e era vista como unidade básica da ordem política⁸.

Nesse trabalho, a família é considerada como uma unidade institucional e social, baseada em laços de sangue (pais e filhos) e matrimoniais (esposa, irmãos e irmãs, primos e primas, cunhados e cunhadas)⁹. Lateralmente, na família, a participação do cunhado é muito importante para consolidar os ramos da fortuna familiar. Um exemplo bem documentado na literatura paraibana mostra o casamento de Rosa Tenório de Aragão, irmã de Amaro Gomes Coutinho (um dos líderes da insurreição de 1817), com um dos membros do ramo Carneiro da Cunha.

As alianças entre os proprietários de terra, como foi visto, se efetivavam pelo casamento ou herança, e a riqueza se constituía em um forte fator para a associação. Como apontou Mary Del Priore, “(...) a família constitui a forma de um grupo se perpetuar no poder. No mundo político, encontram-se vários exemplos de famílias, como as senhoriais de outrora, que detêm o poder sobre a vida e a morte das pessoas, distribuindo ordem e favores entre os mais carentes”¹⁰.

Em princípio, o casamento foi o principal mecanismo utilizado pelas famílias para se aglutinarem em um só grupo ou rede. Mas, a partir de meados do século XIX, um outro mecanismo entrou em cena: os partidos políticos e, a partir daí, o casamento exogâmico passou a ter importância maior nas estratégias sociais dos grupos de famílias. Estratégias que podem ser observadas com as famílias passando das relações de endogamia para as de exogamia, como resposta às condições de mudança no contexto econômico, social e político. Esses casamentos, fora das redes familiares, criaram laços econômicos e políticos e de solidariedade com outros grupos.

Uma das estratégias utilizadas para ampliar as redes de poder era a união entre os membros de famílias importantes da elite local. Os casamentos entre pessoas que pertenciam ao ramo familiar dos Souza Rangel, dos Chacon e dos Carneiro da Cunha, funcionaram como uma via de acesso para o fortalecimento político desses grupos. Essa estratégia viabilizava a criação de partidos, esses grupos citados, por exemplo, fundaram o Partido Conservador na Paraíba em 1837. Na documentação observei como os Carneiro da Cunha dominavam a política no litoral açucareiro desde o final do Setecentos, passando por todo o século XIX, sempre com algum representante ocupando cargos de destaque na política e administração, seja no cenário local ou nacional¹¹. Como afirmou a este respeito Linda Lewin, “o exercício do poder político, portanto, permaneceu ligado ao fato de que os primeiros povoadores que desbravaram e povoaram tanto o litoral e o interior fizeram-no como

⁸ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 45-47.

⁹ O livro discute a evolução das relações de parentesco na América Latina, analisando como algumas famílias “notáveis” (“homens-bons”) garantiram o domínio social, econômico e político da região. Estes grupos familiares formaram a base de uma estrutura socioeconômica particular que alcançou o desenvolvimento máximo no século XIX. BALMORI, Diana; VOSS, Stuart F. & WORTMAN, Miles. *Las alianzas de familias y la formación del país en América Latina*. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 30-31.

¹⁰ DEL PRIORE, Mary. *A família no Brasil colonial*. São Paulo: Moderna. 1999, p. 54.

¹¹ Encontramos na documentação oficial a presença, ainda em 1880, de representantes da família Carneiro da Cunha, composta por homens como Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (O Barão de Abiaí), Anísio Salatiel Carneiro da Cunha e vários dos seus filhos.

empreendimentos militares familiares”¹². Já o partido Liberal era encabeçado por famílias como Monteiro da Franca, Avundano, Miranda Henriques, Leite Ferreira, entre outras¹³.

Um estudo sobre os partidos políticos (Conservador e Liberal) na Paraíba do século XIX revela a presença de membros das redes familiares: os Carneiro da Cunha e os Cavalcanti de Albuquerque (estes últimos, analisados por Linda Lewin) formavam famílias de liderança que se destacaram no Partido Conservador, com participação, na Assembleia Provincial (1836-1889), de sete e oito pessoas, respectivamente¹⁴. Até o presente momento, a melhor maneira de compreender os partidos políticos e atuação dessas elites nos cargos públicos no Império é verificando os laços de parentesco e suas alianças. Esses grupos de parentesco vão sendo incorporados estruturalmente à política.

A importância do casamento dentro da sociedade colonial e imperial na Paraíba ainda é pouco estudada pela literatura local, mas a historiografia traz uma série de informações, ainda que esparsas, sobre família e relações de poder. Celso Mariz, em seu livro *Cidades e Homens*¹⁵, descreve a situação da Paraíba, de como havia se formado uma “(...) aristocracia territorial, social e endinheirada”, encabeçada por algumas famílias, como os Albuquerque Maranhão, Carneiro da Cunha, Correa de Sá, Monteiro da Franca e Pereira de Albuquerque¹⁶. Portanto, era comum, nas vilas e cidades do interior, que as famílias, com sua “tradição de dignidade e prestígio”, apresentassem seu poder político e econômico a partir de sua descendência na rede familiar.

Nas bases grupais de afiliação, o sistema de parentesco determinava o pertencimento e prestígio dentro da rede familiar. As famílias tinham suas bases no grupo nuclear, em que o casal e seus filhos dominavam a estrutura, mas que, ao se tornarem extensas, ampliavam suas redes de controle para além dos parentes mais próximos. E foi o que aconteceu com a família Albuquerque Maranhão, que se expandiu com ramificações nas províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

A longa permanência no poder e a participação dessas famílias na administração pública são exemplos das “associações familiares” das elites que consolidaram os laços de parentesco e passaram a dominar o cenário político nas Câmaras – estas funcionavam, além da representação institucional e formal, como instâncias locais de poder - nos cargos públicos, na Assembleia provincial¹⁷, entre outras esferas de poder. As associações de famílias são grupos que formam sociedades organizadas em função de alianças de parentesco, com vistas à obtenção e manutenção do poder político e econômico.

Cito o caso na Paraíba do capitão-mor Francisco Xavier Monteiro da Franca,

¹² LEWIN, *Política e parentela...*, p. 50.

¹³ MARIZ, Celso. *Apanhados Históricos da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1994 [1922], p. 143.

¹⁴ Lewin traz tabelas com a relação das principais famílias na política da Paraíba, no período de 1835 a 1930. LEWIN, *Política e parentela...*, p. 392-393.

¹⁵ MARIZ, Celso. *Cidades e Homens*. 2. ed. João Pessoa: A União, 1985 [1945].

¹⁶ MARIZ, *Cidades e Homens*, p.42.

¹⁷ A Assembleia Legislativa da Paraíba foi criada em 7 de abril de 1835.

que ocupou cargos administrativos no governo a partir de 1797 e, em 1838, ainda se encontrava na esfera das instituições formais de poder, enquanto deputado na Assembleia Provincial da Paraíba. Os documentos pesquisados mostram com bastante clareza a continuidade dessas redes familiares, o que denota o predomínio e a permanência dessas famílias na política.

Seguindo o argumento central desse texto, sobre a importância dos grupos familiares e as estratégias utilizadas para se manterem nos cargos públicos ao longo do Oitocentos, em *Apanhados Históricos da Paraíba*, Celso Mariz apresenta a política local como sendo dominada por grupos familiares, e se refere, mais uma vez ao ramo Carneiro da Cunha¹⁸. Esse grupo familiar teve representantes no movimento de 1817, na Assembleia Constituinte de 1823, nas Juntas Governativas, no movimento de 1824, e em instituições como: os Conselhos Provinciais, na Assembleia provincial, no Senado, enfim, a elite política, o que mostra a força política dessas famílias que, com suas estratégias de alianças, se mantiveram no poder ao longo do século XIX. No Brasil a melhor maneira de compreender os partidos políticos é dentro do contexto dos laços de parentesco e suas alianças. O que nos leva à questão: quais as estratégias utilizadas por esses grupos para preservarem ou conquistarem o prestígio e o poder? Qual a importância dos sobrenomes nessa teia de relações de poder?

Os sobrenomes funcionavam como projeção da honra da família, como pré-requisitos políticos e como sinônimos de *status* social. Os sobrenomes serviam para fixar redes ou ramos de famílias, criando uma referência espacial. Nomes de famílias eram identificados com determinadas localidades, nas quais aquelas famílias tinham maior número de propriedades. Mas como essas relações passaram a funcionar com a criação de novos espaços de poder? É uma das questões para refletirmos.

As Conexões Políticas e a Atuação dos Conselhos Gerais de Província (1825-1834)

Um exemplo de funcionamento desses novos espaços de poder pode ser observado com a criação do Conselho Geral das Províncias. Criado com a Carta outorgada de 1824, o Conselho tinha por objetivo “propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias (...) formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências” (art. 81). No entanto, havia proibições quanto aos projetos relacionados “aos interesses gerais da nação; (...) aos ajustes de umas com outras províncias” e proposições “cuja iniciativa é da competência da Câmara particular dos deputados” (art. 83). As províncias elaboravam os projetos e deliberavam sobre os assuntos considerados mais específicos, e enviavam para apreciação e aprovação, ou não, do poder executivo.

Considerados como embriões do poder Legislativo, na província o Conselho funcionava anualmente, se concentrando na capital, no período de dois meses e podendo ser prorrogado por mais um, caso houvesse necessidade. As eleições eram “da mesma maneira e na mesma ocasião” da escolha para a Assembleia Geral. Ou seja, era indireta e votada pelos “eleitores provinciais”, com “probidade e decente subsistência”, isso a partir dos 25 anos, segundo o artigo de nº 75. Havia uma

¹⁸ MARIZ, *Apanhados históricos...*

preocupação com a legitimidade, da pretensa autonomia, quando a constituição garantia “o direito de intervir todo o cidadão nos negócios da sua província e que são imediatamente relativos aos seus interesses peculiares” (art. 71 da Constituição de 1824). Tal direito deveria ser exercitado “pelas câmaras e pelos conselhos” (art.72)¹⁹.

Cabia ao presidente da província a intermediação, nas solicitações do Conselho, junto à Assembleia Geral. Os projetos eram enviados a Assembleia Geral “para serem propostos como projetos de lei, e obterem a aprovação (art.85); caso a Assembleia não estivesse reunida no período da solicitação, cabia ao Imperador “as mandar provisoriamente executar, se julgar que elas são dignas de pronta providência, pela utilidade que de sua observância resultará o bem geral da província” (art. 86). Essa interação entre poder central e poderes locais, através da aprovação de projetos enviados a Assembleia, mostra a relação política e as possibilidades de uma certa autonomia e conexões existentes nesse cenário. Mas muitas vezes essas deliberações não eram atendidas, o que gerava protestos dos conselheiros.

Esse foi o caso do conselheiro paraibano Francisco de Holanda Chacon. Em dezembro de 1832 o conselheiro enviou um protesto a Assembleia Geral, no Rio de Janeiro, reclamando da falta de autonomia dos Conselhos, notadamente o da Paraíba. Essa falta de autonomia se refletia na tentativa do Conselho resolver pequenos problemas inerentes as suas localidades, como no caso de obras para melhorar o funcionamento de uma ponte que estava em ruínas. Ao serem enviadas ao poder central, em alguns casos os conselheiros tinham suas solicitações barradas, ou recebiam a desaprovação dos seus projetos.

*Requeiro que se officie à Assembléa Geral do Império significando a profunda e dolorosa mágoa de que está possuído este Conselho pela pouca consideração que tem merecido a mesma Assembléa as suas resoluções nas sessões passadas, desaprovando-as todas, ou quase todas, tornando-se por isso esse Conselho quase nulo para tais resoluções, ficando assim a Província privada daquelas leis peculiares e providenciais necessárias que só este Conselho com mais conhecimento de causa melhormente pode indigitar.*²⁰

Essa reclamação tem como base o que diz o artigo 81 dos Conselhos Gerais de Província: “Estes Conselhos terão por principal objeto propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias, formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências”. Em algumas ocasiões essa falta de autonomia do Conselho é visível, mas não podemos deixar de observar que, mesmo com esses entraves, os Conselhos Gerais abriram espaços para que

¹⁹ Para maiores esclarecimento sobre o funcionamento do Conselho na província de São Paulo, consultar: LEME, Maria Saenz. “Dinâmicas Centrípeta e Centrífuga na Formação do Estado Monárquico no Brasil; o papel do Conselho Geral da província de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, vol. 28, n. 55, jan./jun. 2008, p. 1-9.

²⁰ Grifos meus. *Apud* MARIZ, Celso. *Memória da Assembléa Legislativa*. João Pessoa: A União, 1987 [1946], p. 27.

as províncias tivessem um pouco de autonomia em relação ao poder central e funcionaram como a semente das Assembleias Legislativas Provinciais, estas criadas a partir da Carta outorgada de 1834.

Na Paraíba o Conselho só começou a funcionar em 1826, essa demora se justifica tendo em vista a dificuldade inicial na composição e nas dúvidas que ainda pairavam no ar sobre o funcionamento da instituição²¹. Fizeram parte da primeira composição onze membros, não completando o número indicado pelo artigo 73 dos Conselhos, ou seja, 13 conselheiros para as províncias consideradas menos populosas²². Nos dois meses que se reuniam o Conselho deliberava sobre os mais diversos assuntos: “fazer um cais do porto no Varadouro”, para melhorar a navegação, “edificar uma ponte sobre o rio Sanhauá”, ainda uma estrada de rodagem que fizesse a ligação da capital a vila de Pilar. Quanto aos assuntos relacionados à instrução pública, havia um projeto para a criação de escolas primárias em Santa Rita, Itabaiana, Espírito Santo, Taipú, Guarabira, Cabaceiras, Ingá, Pocinhos, Gurinhém, Teixeira, Patos e Piancó. Bem como a criação de uma cadeira de filosofia na capital. Também por solicitação do Conselho, foi criada em 1828 na capital, a primeira escola pública para meninas.

A segunda composição do Conselho funcionou de 1830 até 1833, era formada por homens, na sua maioria, que participaram da insurreição de 1817, o que mostra o prolongamento das suas carreiras políticas nesses espaços de poder. Ao longo do período imperial uma das estratégias utilizadas para permanecer na administração pública era através das redes de parentesco, o que se comprova com a presença constante de sobrenomes da mesma linhagem ou até mesmo a junção de famílias das elites locais.²³ Sobrenomes que já vinham aparecendo no cenário da política e administração desde o final do século XVIII e, mesmo em outras conjunturas políticas, se adaptaram e sobreviveram as mudanças, como por exemplo, nas regências com a criação de novos espaços de poder.

Em 12 de agosto de 1834, com o Ato Adicional, os Conselhos Gerais das Províncias foram extintos e transformam-se em Assembleias Provinciais Legislativas aumentando a representação para 36, 28 e 20 deputados. A Paraíba, juntamente

²¹ O primeiro Conselho da Paraíba era formado por Francisco de Assis Pereira Rocha, Joaquim Batista Avundano, Major João Soares Neiva, Major Antônio Vicente Monteiro da Franca, Padre Joaquim Antônio Leitão, Capitão Manuel Pereira Monteiro, João de Albuquerque Maranhão, Luís Álvares de Carvalho, Francisco José Meira, Ignácio de Souza Gouveia e José Lucas de Souza Rangel.

²² Segundo o artigo 73, “cada um dos Conselhos gerais constará de vinte e um membros nas províncias mais populosas, como sejam Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul; e nas outras províncias treze membros”. *Apud* MARIZ, *Memória...*, p. 24.

²³ Os conselheiros que atuaram de 1830 a 1833 eram José da Costa Cirne, Joaquim José Luís de Souza, Ignácio Joaquim de Santana Cardoso, Francisco Luís Nogueira de Moraes, Pe. Antônio da Cunha Vasconcelos, Francisco José Meira, Silvério da Costa Cirne, Luiz Álvares de Carvalho, José Lucas de Souza Rangel, Pe. Amaro de Barros Lima, Bernardo Lobo de Souza, Manoel Simplício Jacome da Veiga Pessoa, Pe. Francisco de Holanda Chacon, Manoel Maria Carneiro da Cunha, Joaquim Batista Avundano, Antonio Henrique de Almeida, Pe. José Lopes da Silveira, João de Albuquerque Maranhão, Francisco José Batista de Ávila Bitencourt, Henrique da Silva Ferreira Rabelo, Manoel Caetano Velozo, Pe. Domingos Alves Vieira e José F. de Toledo. MARIZ, *Memória...*, p.26-27.

com Pará, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Sul faziam parte daquelas províncias que tinham o direito de eleger 28 representantes nas suas localidades. As Assembleias vão funcionar como um espaço político relevante de representatividade nas relações com o poder central, como um teatro do poder em que as elites locais vão atuar nos embates e negociações para garantir uma maior autonomia política e um ambiente para barganhar com outros setores da política nacional, a exemplo da Assembleia Geral.

Assim, a política oferecia possibilidades de ascensão e maturação desses grupos uma vez que “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”²⁴.

A história política nos forneceu subsídios teóricos para uma melhor compreensão do objeto de estudo. Vale ressaltar que, desde os anos de 1970, vem ocorrendo um “retorno da história política”, mais renovada²⁵. Agora a história política não é mais só pensada como sendo o relato das grandes figuras ou das grandes batalhas; uma perspectiva que foi dominante por muito tempo e que, de certa maneira, ajudou a criar uma visão negativa sobre a mesma. Após uma revisão historiográfica e com a contribuição de outras disciplinas como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, o campo da história política se amplia com essa interdisciplinaridade, abrindo a possibilidade de novas abordagens e novos objetos da história (a família, os partidos, os eleitores, só para citar alguns exemplos de abertura no campo da política). O político passou a ser pensado como “o lugar onde se articulam o social e sua representação. A matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e ao mesmo tempo reflete sobre se mesma”²⁶.

Tendo em vista a amplitude que o viés teórico da nova história política tem possibilitado, observa-se a produção de uma cultura política a partir do que Ângela de Castro Gomes chamou de “um conjunto de atitudes, de crenças e sentimentos que dão origem e significado a um processo político”. Isso nos ajuda a entender as relações político-administrativas de 1824 a 1840 na província, se pensada enquanto “um conjunto de referências mais ou menos formalizadas em instituições”, a exemplo dos partidos e “mais ou menos difundidas na sociedade. Ela não é homogênea e sofre transformações temporais e espaciais”²⁷.

Um dos pontos cruciais nesse trabalho foi observar como alguns membros dessas elites mantiveram, e até fortaleceram, (após os movimentos de 1817 e 1824), suas relações com o poder central através dos cargos na administração pública. Destaca-se uma família que vai permanecer no poder, mesmo em momentos de mudanças, com a política do *adesismo*. Ou seja, redes familiares que se adaptaram a determinadas conjunturas, nessa perspectiva merece destaque outro membro do grupo Carneiro da Cunha que teve uma trajetória política de ascensão. Ramificação de um importante grupo familiar que veio de Pernambuco e se instalou na província. O caso de Estevão José Carneiro da Cunha nos dá a dimensão exata de como permanecer no topo

²⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 159.

²⁵ REMOND, René. “Uma história presente”. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

²⁶ BORGES, Vavy Pacheco. “História e política: laços permanentes”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol 12, n. 23/24, 1991/2, p. 7-18.

²⁷ GOMES, *História...*, p.40-41.

da hierarquia política na sociedade oitocentista: Tenente Coronel do Batalhão de Linha e membro da Ordem de Cristo, em 1817 foi um dos líderes da insurreição, mas no momento da repressão conseguiu escapar para a Inglaterra. Após a anistia dada pelas Cortes portuguesas, em 1821, Carneiro da Cunha voltou a capital assumindo a presidência da Junta Governativa de 1822 a 1823. Em 1824 apoiou a nomeação do presidente de província, vindo de Pernambuco, Filipe Nery, em um momento de tensão entre o poder Central e o poder local²⁸.

Na Confederação do Equador, em 1824, Estevão Carneiro da Cunha atuou como repressor do movimento, essa foi uma das estratégias que funcionou como uma forma de preservar o prestígio e o poder político, naquele momento era importante ficar ao lado do governo central, uma atitude que Marcus Carvalho (1998) chamou de *adesismo nacional*²⁹. Atuante na política local e com boas relações com o Rio de Janeiro, Estevão Carneiro da Cunha, ampliou seu poder ao assumir a primeira cadeira do Senado como representante da Paraíba em 1826³⁰. A família Carneiro da Cunha, como já apontei, ao longo da história imperial sempre manteve representantes nas Assembleias, Provincial e Geral, o que mostra sua sobrevivência às transformações nas instituições políticas. Lembrando que:

*Fundamental ao entendimento desse processo, portanto, torna-se a identificação das redes de sociabilidade e parentesco que envolviam essas personagens, no sentido de compreender essa elite dirigente não como a representação de um grupo isolado, a partir de suas características internas de formação e composição, mas considerando ainda suas relações dinâmicas e constantes com a sociedade, através das estratégias de alianças e jogos de interesses que se reconstróem e se refazem permanentemente ao seu redor.*³¹

Portanto, segundo Lewin “(...) a força do parentesco na política brasileira passou por uma transformação complexa e, em vez de evidenciar um declínio

²⁸ O primeiro presidente da província da Paraíba, Filipe Nery Ferreira, assumiu o cargo em 09 de abril de 1824, e tinha como secretário Augusto Xavier de Carvalho, ficando extinta a junta provisória do governo. Estas nomeações causaram uma grande desconfiança na população local que via na figura do presidente, um representante direto dos portugueses, bem como o seu secretário, Xavier de Carvalho, ver: MARIANO, Serioja Rodrigues C. *Gente opulenta e de boa linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005, p. 240. Vale lembrar que, através da lei de 20 de outubro de 1823, as juntas de governos foram abolidas e substituídas por presidentes provinciais nomeados pelo imperador. Uma nomeação que mexia diretamente com os governos provinciais representativos, no momento em que retirava o poder das elites locais e o substituída por representantes do governo central. BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. “Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união”. In: _____. *Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; FAPESP; UNIJUÍ, 2003, p. 219-249.

²⁹ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822-1850. Recife: UFPE, 1998.

³⁰ O outro senador escolhido para representar a Paraíba foi o mineiro João Severiano Maciel da Costa (Barão de Queluz).

³¹ MARTINS, *Os Tempos...*, p. 408.

linear abrupto e rápido, sobreviveu até bem avançado o presente século”³². É nessa perspectiva de prática relacional desses grupos que se observa a trajetória das elites e as redes familiares na política e administração na província da Paraíba. Mesmo com o desenvolvimento das instituições políticas nacionais, os laços de parentesco continuaram a ser utilizados como referências de poder e prestígio na sociedade brasileira. Este é um tema que, certamente, merece maiores e mais aprofundadas pesquisas. Sobretudo, considero importante esse trabalho para a compreensão das relações familiares e de poder, cuja persistência na história política contemporânea ainda é marcante.

Tempos de incertezas

Na década de 1830, com a instalação da Regência, havia um clima de incerteza quanto aos rumos da política. Na Paraíba, em sessão extraordinária do dia 12 de agosto de 1833, a Câmara municipal, após a leitura de um ofício do presidente da província, a partir do aviso imperial de junho do mesmo ano, ordenou “a pronta execução da defesa da Pátria para que o Governo do Duque de Bragança não apareça no nosso Império recomendando toda a energia e precaução de que ficou a Câmara inteirada”. Após a leitura do ofício o presidente da Câmara, colocou a matéria em discussão e o senhor Antônio Jacome de Araújo pediu a palavra:

*Senhor Presidente eu como cidadão Brasileiro amigo das Instituições livres e membro deste respeitável conselho hoje reunido pelo partido do Duque de Bragança de facções aterradoras que pretendem derrubar o sistema jurado he a integridade do Trono do nosso jovem Imperador única esperança do Brasil.*³³

O discurso continua “He pois do meu dever deixar aquillo que pareça condizente com a nossa situação política, e por isso emitirei com franqueza a minha opinião”. E diante da solicitação do governo regencial de “fazer barreira ao regresso de D. Pedro”, o Sr. Jacome propõe que a Guarda Nacional fique em atenção constante, bem como solicita:

Que se officie aos juizes de Paz respectivos para que fação hum pronto arrolamento em todo o Armamento e pólvora que houver em seus distritos recolhendo as Armas pertencentes ao Trem Nacional ainda mesmo os bacamartes que acharem em mãos dos particulares recomendando aos mesmos Juizes de Paz que procedam hum alistamento de todas as pessoas capazes de pegar em Armas e que não concedam passaportes a pessoa alguma para saírem dos distritos sem huma exculpatoria averiguação ou necessidade

³² LEWIN, *Política e parentela...*, p. 49.

³³ Documento da Câmara Municipal enviado ao Presidente da Província, Antônio Joaquim de Mello, em 12 de agosto de 1833. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba/ Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC. Cx 10 (1830-1833).

*extrema. Que estas medidas se participem ao Excelentíssimo Presidente desta Província ficando apreendida a remessa do Armamento do Estado que se acha neste Município.*³⁴

Esse documento mostra o posicionamento da Câmara e o temor do Presidente da província, Antonio Joaquim de Mello, tendo em vista que no mês de junho havia chegado um aviso do Rio de Janeiro informando que D. Pedro I tinha um projeto de voltar ao Brasil. As incertezas eram comuns numa época em que poucas pessoas tinham acesso as notícias que circulavam nos periódicos, as notícias eram passadas de boca em boca, e muitas vezes representavam os interesses dos grupos que as divulgavam³⁵. Em um “contexto de vacância do trono, de fraca coesão entre as elites e de intensa participação popular (...)”, as revoltas eclodiram por várias partes do Império³⁶. Em 1835 quando assumiu o governo regencial, Diogo Antônio Feijó, enfrentou uma série de crises e resistências no Parlamento, uma oposição que já vinham desde os tempos em que fora ministro da Justiça na Regência Trina Permanente. O desgaste só cresceu: “os atritos com a Igreja, as restrições à liberdade de imprensa, estabelecidas pela Lei de 18 de março de 1837 e anulação das eleições na Paraíba e em Sergipe, por suspeita de fraude”³⁷. Segundo os relatos do presidente Quaresma Torreão, em 1837, a província da Paraíba gozava de “pleno sossego” sem abalos e “comoções políticas”³⁸. É de se desconfiar desse “pleno sossego” da Província, tendo em vista que a Assembleia Geral, nesse mesmo ano, havia anulado as eleições na Paraíba alegando que houve muitos “excessos, e abusos que nellas se praticarão”³⁹. Em março foram realizadas novas eleições:

*[...] sairão elleitos, para Presidente o Senr. Deputado José Lucas de Souza Rangel; Vice-Presidente o Senr° Deputado João Coelho Bastos; 1° Secretário o Deputado Antonio Henriques de Almeida; 1° Secretário Suplente o Senr. Deputado Pedro Francisco d’Olanda Chancon; e 2° Secretário Suplente o Senr. Deputado André d’Albuquerque Maranhão Junior, o que communico a V. Exc^a para sua intelligência.*⁴⁰

³⁴ Documento da Câmara Municipal...FUNESC. Cx 10 (1830-1833).

³⁵ Entre as décadas de 1830 a 1840 a circularam, e depois desapareceram na província da Paraíba, os seguintes jornais: *O Republico* (1832); *O Publicador Paraibano* (1833); *O Raio da Verdade* (1833); *O Parahybano* (1835-36); *O Constitucional Parahybano* (1838-1841); *O Verdadeiro Monarchista* (1840-1844). BEZERRA, Alcides. “A Imprensa na Parahyba”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, vol. 5, 1922, p. 51-64.

³⁶ BASILE, Marcelo. “O Laboratório da Nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 68-69.

³⁷ BASILE, *O Laboratório...*, p. 85.

³⁸ “Discurso com que o Prezidente da Província da Paraíba do Norte fez a Abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Provincial do mez de janeiro de 1837”, p. 2. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/paraiba>>.

³⁹ Documentos Históricos do Arquivo Público do Estado da Paraíba, Cx. 12 (1835-1837), n. 63.

⁴⁰ Documentos Históricos do Arquivo Público do Estado da Paraíba, Cx 12 (1835-1837), n. 51.

No entanto, se observarmos os discursos em 1838, mesmo com a afirmação, por parte do presidente de uma pretensa calma, percebemos o temor em garantir a paz para evitar “as incertezas” daquele momento e “as oscilações políticas”. Principalmente com a precariedade das forças públicas para a defesa do território e a manutenção da “ordem”. Um dos pontos destacados no relatório é a ajuda que a província vinha recebendo da Guarda Nacional, que mesmo com todas as dificuldades que atravessara, com uma única Legião, sem fardas e armamentos, era necessário reconhecer, diz o presidente, que a Guarda Nacional

*Por espaço de dois annos, e com bastante sacrificios, a Guarnição da Cidade; tem sustentado constantemente a despeito das seducções, e intrigas dos mal intencionados as instituições livres da Pátria, e da Legalidade, merecendo por isso a confiança do Governo, e a estima pública justamente adquirida.*⁴¹

Mas mesmo reconhecendo a importância dessa função dos Guardas havia uma preocupação do presidente: “todavia devo ponderar-vos Srs., que não é possível e nem mesmo convém aos interesses de Paiz, precisado de acumular Capitães, que os Cidadões, industriosos abandonem o seu Comercio, occupações e meios de subsistencia para se distraírem com tão pesado serviço (...)”. A sugestão era para que se criasse um Corpo de Linha com 300 praças para aliviar os “excessos de trabalho” da Guarda Nacional. Pelo tom do discurso nos parece que alguns oficiais foram reclamar da “pesada” tarefa de ser um Guarda Nacional, tendo em vista que suas lavouras estavam praticamente “abandonadas”. Essa preocupação com a segurança é uma constante nos discursos da época, para

*[...] evitar o frenesi revolucionário que tantos estragos tem feito em outros pontos do Imperio. Pode-se expelir do seu seio esses scelerados, que zombando das Leis e das Authoridades, e certos da impunidade, se abalançam a perpetuar toda a casta de crimes, pondo assim em desassoçêgo os pacíficos habitantes.*⁴²

Portanto, barrar o *frenesi revolucionário* era uma medida urgente para evitar os *estragos* que estavam acontecendo em outras províncias do Sul⁴³, ou seja, manter a *ordem* a todo custo. Isso só comprova a nossa hipótese de que a província da Paraíba, assim como outras, durante o período regencial passou por momentos de incertezas e temor de uma *desordem generalizada*, esse medo é visível nos discursos da elite política local. Inclusive há relatos na documentação de motins dos militares

⁴¹ “Falla com que o Exm. Prezidente da Província da Parahiba do Norte, o Doutor Joaquim Pereira Peixoto de Albuquerque Installou a I Sessão da Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 24 de junho de 1838” In *Relatórios...1838*, p. 1.

⁴² “Falla com que o exm. presidente da provincia da Parahyba do Norte, o dr. João José de Moura Magalhaens, abriu a segunda sessão da 2.a legislatura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em o dia 16 de janeiro de 1839. Pernambuco, Tip. de M.F. de Faria, 1839”. p. 2.

⁴³ Em dezembro de 1837 a Paraíba enviou, para o Rio Grande do Sul, 100 militares de Primeira Linha, juntamente com a tropa de Pernambuco, para conter o movimento conhecido como Revolução Farroupilha (1835-1840).

da Guarda Nacional: no dia 11 de março de 1838, às 21 horas, os homens que estavam de plantão no quartel da capital, “entraram em desordem (...) no intuito de repelirem do seu recinto o comandante do destacamento”. Irineu Pinto mostra que após a chegada de autoridades locais o motim foi contido e a *ordem* foi restabelecida, “sendo apenas presos quatro soldados que em seguida foram punidos”⁴⁴. Há outros relatos de militares se rebelando contra as péssimas condições dos fardamentos e os baixos e/ ou a falta de pagamento do “miserável soldo”, entre outras reclamações.

A situação continuava tensa, em 1839 a Assembleia realizou uma votação para a escolha do vice-presidente, o primeiro colocado Manoel Lobo de Miranda Henriques (antigo insurreto de 1817), assumiu o governo da província ficando no cargo até abril⁴⁵. O que chama a atenção é que, após a saída de Miranda Henriques do cargo, após um mês, o último colocado na eleição, o Conservador Trajano Alípio de Holanda Chacon foi nomeado para o governo. Uma situação que deixou os seus opositores, do partido Liberal, revoltados, pois acreditavam que por direito a vaga era do primeiro colocado. Com o apoio de oficiais da Guarda Nacional, o partido Liberal, através do seu representante, Antônio Borges da Fonseca, liderou um movimento contra o vice-presidente Holanda Chacon. Simbolicamente era importante, para os membros do Partido Liberal, mostrar que não aceitavam essa situação tranquilamente. No teatro político, na Assembleia, os atores disputavam os espaços de poder no cenário da província e representavam uma encenação através de manifestações de força⁴⁶. Naquele momento os homens pegaram em armas e percorreram a cidade, convocando a todos para lutarem, uma luta que começou com a invasão do Quartel do Corpo da Guarda Nacional e da Alfândega, ou seja, uma encenação que denotava relações de poder, pois como afirma Balandier “toda forma de poder é encenada” (1982).

Segundo Irineu Pinto, “este plano havia sido premeditado e já há dias emissários espalhados pelo município, levantavam o espírito do povo para tal fim”⁴⁷. Temendo maiores “desordens” a polícia pôs fim ao movimento um dia após a eclosão, fazendo com que os revoltosos, cerca de duzentos, fugissem para Santa Rita. Para evitar maiores atritos com toda a instabilidade política na Paraíba, nesse mesmo ano de 1839, mais precisamente em dezembro, fora nomeado como presidente o Dr. Augustinho da Silva Neves que tomou posse em abril de 1840. No contexto do Brasil, após 1840, com o projeto de reinterpretação do Ato Adicional, houve uma certa redução dos poderes das Assembleias provinciais, principalmente com relação a nomeação e afastamento de funcionários públicos. Foi a partir de 1841 que o cargo de vice-presidente provincial passou para as mãos do governo central, lembrando que antes era uma prerrogativa da Assembleia provincial, o que reduziu os poderes das elites locais que faziam oposição ao governo central.

⁴⁴ PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas sobre a Paraíba*. 2. ed. facsimilar. Brasília: Thesaurus, 1977, p. 142.

⁴⁵ A relação da votação dos vice-presidentes é a seguinte: Manoel Lobo de Miranda Henriques (16 votos), Manoel Maria Carneiro da Cunha (14 votos), Dr. Antonio Antonio José Henriques (14 votos), Frederico de Almeida e Albuquerque (13 votos), Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha (13 votos) e Trajano Alípio de Holanda Chacon (13 votos). PINTO, *Datas e notas...*, p. 140.

⁴⁶ BALANDIER, Georges. “O drama”. In *O poder em cena*. Brasília: Editora da UnB, 1982, p. 5-21.

⁴⁷ PINTO, *Datas e notas...*, p. 150.

Portanto, como defendi na minha tese, não restam dúvidas quanto ao fato de que a atuação dos grupos familiares foi fundamental na montagem do processo de autonomia política do Brasil, quando visto a partir da situação na Paraíba. As estratégias utilizadas buscavam, fundamentalmente, resguardar o prestígio e o *status* social das camadas dominantes e estavam condicionadas por fatores locais adaptados ao contexto político. O próprio sistema político parecia se confundir com o domínio das famílias na política local, havendo uma constante preocupação em se saber se esses grupos familiares estariam servindo ao poder central ou defendendo seus interesses provinciais. Os grupos políticos, formados a partir das relações de parentesco, foram incorporados às estruturas sociais e constituíram lideranças ao longo do século XIX, naquilo que Evaldo Cabral de Mello chamou de *familismo*⁴⁸.



RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar as culturas políticas e as relações de poder na província da Paraíba, entre os anos de 1825 a 1840. Estudar a história das redes familiares e as conexões políticas das elites regionais no Brasil oitocentista é um dos melhores caminhos para se compreender os embates e negociações na política e administração das províncias, observando as mudanças e continuidades com a criação de novos aparatos institucionais no período imperial. Nesse cenário os governos provinciais ganharam efetividade administrativa com a abolição da Juntas Governativas, a criação do cargo de Presidente de Província e dos Conselhos Gerais das Províncias. É essa dinâmica da política e administração, na província da Paraíba, que pretendo analisar, relacionando a atuação dos grupos locais através das conexões proporcionadas por esses espaços político-institucionais, notadamente a atuação do Conselho Geral de Província e o governo central.

Palavras Chave: Culturas Políticas; Administração; Paraíba Imperial.

ABSTRACT

The article aims to analyze the political cultures and power relations in the province of Paraíba, between the years 1825 to 1840. Studying the history of family networks and political connections of regional elites in nineteenth-century Brazil is one of the best ways to understand the conflicts and negotiations in politics and administration of the provinces, noting the changes and continuities with the creation of new institutional apparatuses in the imperial period. In this scenario the provincial government gained administrative efficiency by the abolition of the *Juntas Governativas*, and the creation of the office of President of the Provincial and General Councils of the Provinces. It is this dynamic of politics and administration in the province of Paraíba, I intend to examine and relate the work of local groups through the connections provided by these political and institutional spaces, notably the work of the General Council of the Province and the central government.

Keywords: Political Cultures; Administration; Imperial Paraíba.

⁴⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.